

# O Soldado Luso-Brasileiro



*José Arthur Alves da Cruz Rios\**

Resumo: Estudo sumário do recrutamento e da organização militar no Brasil, desde os primeiros dias da Colônia até a proclamação e consolidação da Independência, enquanto durou a obediência à orientação vinda de Portugal.

Palavras-chave: Marquês de Pombal, Conde de Lippe, D. João VI, Conde de Linhares.

**D**ifícil imaginar como um tipo acabado de militar pudesse emergir da situação caótica que nos pintam documentos e cronistas da era colonial. Muito menos da própria organização fragmentária do território, no primeiro “regime” das Capitânicas Hereditárias, criações político-administrativas de reminiscência feudal em que o donatário organizava a terra a seu talante, pautando-se apenas pelos Forais. Persistiram, sobrevivência arcaica, até o século XVIII.

No entanto, aí se encontra, nessas ordenações, o primeiro núcleo da nossa Força Armada. Tomé de Souza, o primeiro Governador Geral, cuja vinda obedecia a uma intenção unificadora da Coroa, formou uma tropa onde se misturavam seiscentos soldados e quatrocentos degredados, o que

já incluía a idéia do recrutamento como punição – que conservaria por longo tempo. Criou para os moradores um serviço militar obrigatório, ao mesmo tempo que buscava fortificar a terra. A intenção era, por um lado, a defesa contra índios e a pirataria holandesa, francesa e inglesa; por outro, armar entradas contra os índios hostis.

“Organiza-se o país tumultuariamente”, resume um estudioso.<sup>1</sup> A organização militar inspirada no Regimento de D. Sebastião (05.12.1570) baseava-se nos famosos terços criados por Gonzalo de Córdoba, que deram à Espanha predomínio tranquilo em toda a Europa. Armavam-se com arcabuzes, depois mosquetes, piques, chuços e espadas. Os recursos defensivos eram de inspiração indígena, as caiçaras e juçaras, cercas de espinhos, trincheiras com

\* Professor-Doutor. Comunicação apresentada em 4 de setembro de 2000, no Auditório General Professor Jonas Correia, da Bibliotheca do Exército.

1 CARNEIRO, Carlos. “História Militar”, in *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, p. 1183 e segs.



Professor Doutor José Arthur Rios ao proferir sua conferência.

seu recheio de taipa. Arco e flecha eram armas ofensivas tomadas aos índios, como a rede e a coivara. Contra as flechas dos inimigos, os soldados revestiam o gibão de algodão. Soldados, porque recebiam um soldo – três vinténs por dia. O ataque de surpresa foi tática aprendida com os tapuias que a praticavam até no mar, nas suas flotilhas de ágeis canoas; depois, usada por todo o século XVI, e mesmo no XVII, na guerra holandesa, pelo Bispo Marcos Teixeira, na Bahia, e pela gente de Matias de Albuquerque que partia do Arraial do Bom Jesus a hostilizar os batavos invasores.

Os terços eram recrutados na população que vivia à margem da economia açucareira, gente pobre que dependia de uma lavoura rala de subsistência, ou da extração do pau-brasil. João Fernandes Vieira, conta Frei Calado, ao levantar-se na Vár-

zea pernambucana contra o domínio holandês, não conseguiu homens suficientes. Teve de subir a ribeira do Capibaribe e ali recrutar 280 homens, dos quais trinta negros, mais os oitocentos reunidos pelo Padre Simão de Figueiredo, brancos, mameucos e mulatos, que dispunham apenas de 130 espingardas, alguns dardos, foices e a velha arma do camponês, o pau endurcido no fogo. Tudo gente miúda com que derrotou o holandês em Tabocas, em agosto de 1645.

O engenho foi, assim, o primeiro centro gerador da tropa. Nele se ocupava, segundo Frei Calado, “multidão de gente”. Pernambuco tinha 150 engenhos e cada um deles exigia 25 pessoas em média, brancos e negros, sem falar nos trabalhadores do canavial. Parte deles, apenas, participava da guerra, porque, como esclarece Evaldo

Cabral de Melo, a estratégia adotada na resistência como na restauração, visou, basicamente, a minimizar o impacto da guerra sobre o funcionamento do setor açucareiro, dominante na economia colonial.<sup>2</sup> Daí a opção pela guerra de usura, visando a conciliar as necessidades militares sem interromper a produção da riqueza *princeps*.

Outras cautelas tinham de ser tomadas. O recrutamento incidia sobre a população livre – livre, mas pobre – empenhada na produção de alimentos e na criação extensiva. Evitou-se com todo cuidado a mobilização de escravos. O famoso terço de Henrique Dias contava com trezentos soldados, menos de 10% do total de homens e armas, e menos de 1% da população escrava. Por trás desses cuidados, o temor generalizado a todas as sociedades escravocratas de um levante da escravaria. Daí o cuidado em contingenciar fisicamente o terço de Henrique Dias, colocando-o sempre em posições que ensejassem, no caso de rebelião, uma repressão rápida e eficaz; e o respeito pela propriedade escrava manifestado pelo cabo de guerra da insurreição, que se comprometeu a alforriá-los, sim, segundo poderes que lhe dera D. João IV, mas a indenizar de sua fazenda os seus senhores. Os escravos, aprisionados, quando em poder do inimigo, eram distribuídos, como recompensa, a capitães e soldados luso-brasileiros, inclusive aos próprios negros do terço dos henriques. O “tomar negros” foi incentivo às surtidas dos insurretos, a par do ódio religioso ou do serviço nobilitante de El-Rei.

2 MELO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*, São Paulo: Forense, 1975, p. 175, 177, 181, 182 e 186.

O terceiro elemento dessa confusa composição racial era o índio. Descontadas as idealizações românticas, mantidas e transmitidas na literatura escolar, os índios, ruins como soldados, “precipitados e inquietos” – no dizer do próprio chefe deles, Felipe Camarão – não eram confiáveis. Desertavam a qualquer pretexto, apesar de sua maestria em emboscadas e assaltos, no preparo de armadilhas, fojos e estrepes que espalhavam, à noite, pelas veredas. Atacavam por toda parte com enorme rapidez; mas imprevisíveis como soldados, insusceptíveis de disciplina, apesar de receberem soldo e ração, sem falar nas canadas de aguardente.

A ojeriza do índio ao negro era sabida. Os negros, por seu lado, os odiavam, porque eram empregados na caça aos escravos fugidos; pelo que se costumava dizer, se é verdade que sem negros não haveria Brasil, não era menos certo que sem índios não haveria negros. Foram também os primeiros colaboracionistas, ensinando aos invasores, no primeiro momento, os caminhos da terra. Rastejadores, índios ou mamelucos, foram da maior serventia nessa guerra de mobilidades e surpresas.

Os holandeses os temiam. Por isso mesmo tentaram aliciá-los, como a mais gente da terra. Com eles contavam, além de alguns senhores de engenho, mais os desviantes da ordem estabelecida – cristãos novos, negros fugidos, índios tapuias ou a mestiçagem que vivia à sombra e à margem dos engenhos e das fazendas, “pícaros da terra” ou *lumpen proletariat*, como o quer Evaldo Cabral de Melo e, até, religiosos.<sup>3</sup>

3 Id. ib., p. 219.

Mas foi com o gentio que os insurretos aprenderam “as técnicas indispensáveis às longas marchas pelo sertão, às excursões devastadoras contra o Brasil holandês em 1637, 1638 e 1639, e durante a penosa retirada das tropas luso-brasileiras sob o comando de Luiz Barbalho, em 1640”.

Estranhos nos parecem os hábitos de guerra que incutiram nos luso-brasileiros. Marchavam um dia e descansavam no outro, junto a uma aguada. “Eram mui fragueiros”, diz o cronista, “e tão acostumados a andar pelos matos que se tornava impossível ao poder holandês apanhá-los (...) quando amanheciam em uma parte, anoiteciam dali a seis ou sete léguas e, quando os holandeses tivessem novas deles, já eles estavam postos a salvo no meio dos matos, comendo e bebendo alegremente.” O Conde de Bagnolo, que não os tinha em grande conta, reconhecia que “para vigiar é a primeira nação do mundo”.

Curioso exército aquele, constituído de castelhanos, portugueses, italianos, mamelucos, índios e escravos – forros ou arrendados; todos contrastados em dissidências às vezes decididas em espada ou punhal, desconfianças e desprezos mútuos.

Acresce a má qualidade dos brancos recrutados, chamados “bisonhos”, na linguagem da época, e que fugiam inteiramente ao figurino traçado nos livros de Arte Militar. Em vez de “membrudos e forçosos” como se queria os mosqueteiros ou “grandes de corpo e de convenientes forças”, como se desejavam os piqueiros, os bisonhos eram “moços de pouca substância”, como descreve um autor da época. A alguns, um nobre espanhol se referiu como

“pícaros, viandantes, desnudos, sem nenhuma qualidade para soldados”. Dóceis e passivos, pouco se amotinavam, ao contrário de alemães e franceses. Dizimavam-nos doenças, muitas causadas pela inadaptação ou ignorância das condições do trópico, a umidade, o calor, a parca ou imprópria alimentação. Daí os reclamos, atendidos por El-Rei, mas desatendidos de seus lugares-tenentes, para que se mandassem veteranos, soldados experimentados dos presídios da África. Por isso se dizia que “valia mais um soldado natural do Brasil que dois do Reino”.

A escassez de alimentos resultava das devastações da guerra. “Mortos de fome”, segundo o cronista, marcharam para os Guararapes. A penúria de alimentos foi também causa de motins e deserções que, em dado momento, ameaçaram a continuidade do cerco ao Recife holandês. A tropa da Bahia chegou a sublevar-se exigindo fardamento, espadas, pagamento regular dos soldos e ração completa. Só a chegada de João Fernandes Vieira atalhou a debandada.

Suportavam o calor, os mosquitos, as longas marchas que logo estafavam os holandeses. Ágeis e frugais, contentavam-se com uma ração de carne seca e farinha de mandioca, às vezes com uma espiga de milho, outras, coisa nenhuma. Eram de pouca roupa, por isso depreciativamente apelidados “os das ceroulas” pelo modo aligeirado de vestir com que subiam aos assaltos – em contraste com o soldado europeu embaraçado de meias, sapatos e calções. Era este liquidado, a golpes de borduna, pelos índios, ao tentarem vadear, patinando, rios e pântanos.

Valeu a Portugal, em 1640, na Restauração, a experiência militar haurida, por oficiais e soldados, na guerra do Brasil. Em táticas empregadas por Matias de Albuquerque, nas campanhas do Alentejo, houve quem visse “reflexos da luta contra os holandeses em Pernambuco, quando Albuquerque, com poucas forças, manteve em constante alerta um inimigo forte, bem instalado e com bases marítimas livres”.

Esse “esquisito modo de guerra”, assim considerado pelo espanhol José Miralles, não comportou apenas uma acomodação da arte militar européia às condições ecológicas do Nordeste, mas implicava uma assimilação de técnicas locais. Era designada “guerra brasílica” ou “guerra volante” e, até, “guerra do mato”.<sup>4</sup> Essas técnicas locais a que se refere o historiador eram basicamente indígenas, aprendidas durante anos de convívios e antagonismos, já incorporadas ao patrimônio cultural dos luso-brasileiros. Só no século XVIII viram traço arcaico, identificadas pelas gentes do litoral com o atraso do sertão ou mais tarde com o cangaço, para ressurgir em Canudos, na luta entre a gente do Conselheiro e as tropas federais; para voltar talvez um dia, quem sabe, na defesa da Amazônia, de outros cobiçados desertos.

A Restauração política trouxe a renovação militar. Criou-se o Conselho de Guerra. Voltaram os regimentos de D. Sebastião e o recrutamento para as tropas

de primeira linha e um sistema de auxiliares e ordenanças. A infantaria continuou organizada em terços com dez companhias de cavalaria. O regimento do Governador Geral, Roque de Costa Barreto (23.01.1677) introduziu importante medida – talvez inspirada na guerra holandesa. Armaram-se os senhores de engenho supridos com recursos dos armazéns reais pelo custo. Ao mesmo tempo se interditou a venda de armas aos índios.

Com isso se reconheceu, a par da ordem oficial, uma ordem privada que vem reforçar o que Max Weber chamou patrimonialismo, outros familismo. Esse privatismo militar teve seu fulcro na necessidade de defesa dos grandes domínios territoriais, onde se concentrava grande escravaria, primeiro indígena, depois negra. Cada senhor de engenho tinha a seu dispor pequeno exército. Pequeno? Nele se agregavam, como viu Oliveira Vianna, “todos os serviçais do domínio”, todos os seus rendeiros, e mais as classes que habitam as pequenas vilas, aldeias e povoações, disseminadas pelo interior, pequenos comerciantes de aldeia, os raros pequenos proprietários existentes, os oficiais de ofícios manuais, os chefes de pequenas indústrias urbanas e os pequenos funcionários da administração local.<sup>5</sup>

A organização militar desses vastos domínios era um imperativo de sobrevivência, mais que uma aspiração consciente e planejada de poder. Os engenhos constituíam verdadeiras fortalezas. Dentro deles um arsenal – espadas e facões, mosquetes, cla-

4 WEHLING, Arno. “Padrões europeus e conflitos coloniais: a questão da guerra brasileira” in *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, ano 58, nº 84, 1998, p. 118 e segs. Evaldo de Melo, op. cit., p. 181.

5 VIANNA, J. F. Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 75, 76-78, 83.

vinas e clavinetes de pederneiras, arcos e flechas, gibões de couro recheados de algodão. Tudo isso manejado por uma massa confusa de negros, cafusos, mamelucos. Essa verdadeira mesnada medieval somava não dezenas, mas milhares. Manuel Preto, que destruiu La Guayra, tinha às suas ordens cerca de mil índios flecheiros, sem contar a numerosa escravaria, negros e mestiços. Amador Bueno mantinha nos seus domínios, aldeados, milhares de índios. Quando Antônio Raposo atacou as reduções jesuíticas, comandava um exército de três mil combatentes. Do senhor de engenho, fazendeiro, ou criador de gado dizia-se que era “potentado em arcos”, “opulento em arcos”. Seu poder contava-se pelos soldados que mobilizava. Contra aldeamentos indígenas, contra os quilombos de negros fugidos, também contra os invasores estrangeiros – como no caso dos ataques de Duclerc e Duguay Trouin ao Rio de Janeiro.

“Esses grandes domínios fazendeiros”, percebeu Oliveira Vianna, “são também grandes instituições militares”. E toda ocupação vitoriosa do vasto interior era precedida de uma expedição bélica, protagonizada, no âmago desses imensos latifúndios, por “uma ralé fervilhante de cabras, cafusos, mamelucos, índios e negros forros”. Os vadios do litoral, que escapavam à repressão dos governadores, também se alistavam nessas hostes para combater o gentio, ocupar a vastidão, esmagar o quilombo ou repelir a invasão. O latifúndio começava como empresa militar, terminava mercê do requerimento de sesmaria, como exploração agrícola ou pastoril. Essa a trajetória

de sertanistas e bandeirantes, que fizeram a história do século XVII e provocaram a estupefação de Saint Hilaire – *on serait tenté de croire que ces hommes appartenaient à une race de géants*.

Do mesmo passo, abria-se um fosso entre a força militar organizada, oficial, cuja composição era basicamente portuguesa, de gente dos Açores, onde o recrutamento era barato, também da Madeira, do Alentejo, do Norte, e esses exércitos particulares. Entre ambos havia flagrante tensão. No tropel de guerras dos séculos XVII e XVIII, movimentados pelas invasões holandesas, pelos ataques franceses ao Rio de Janeiro, pelas guerras internas – dos Emboabas (1708-09), dos Mascates (1710-14), sobretudo a guerra permanente entre os castelhanos no Sul, em torno da posse da Colônia do Sacramento, fundada em 1680 –, ao redor de toda essa atividade bélica há que distinguir, sob pena de nada compreender, as forças regulares das milícias.

Não se explicaria de outra forma certas derrotas militares na disputa pela Colônia do Sacramento, ainda que compensadas por vitórias diplomáticas. Queixavam-se os governadores e o vice-rei da “falta de vocação militar do brasileiro”. O Conde da Cunha pede “exército do Reino”, qualifica os brasileiros de “moles, doentes e covardes”. Em contradita, Martinho de Melo afirmava: “As principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil.”

A história militar do século XVIII é cortada, por toda parte, de episódios de indisciplina e insubordinação das tropas regulares, sobretudo por falta de pagamento de

soldos. A criação de três forças regulares mais duas companhias de cavalaria foi completada por corpos auxiliares. Dessa reorganização militar foram artífices o General João Henrique Böhm e, quanto à artilharia, o Brigadeiro Jacques Funck. Introduziu-se o trem de artilharia de campanha e munições. Novas instruções foram editadas por Belidoro.

Nada disso obscurece o fato de constituírem os corpos auxiliares, as milícias, a principal defesa das capitanias. Respondiam a um receio da Metrópole de que se viesse a transformar o Brasil em presídio militar, “pois o país só deve constar de colonos e cultivadores”.<sup>6</sup>

Nos albores do século XVIII, a organização militar colonial era distribuída em três patamares: tropas de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> linhas. As de 1<sup>a</sup> linha eram formadas pelos soldados profissionais, reunidos em terços, até D. João V, e em regimentos, no século XVIII. Abrangiam forças de cavalaria, infantaria e artilharia. Nestas, primeiro esboço de uma nova tecnologia militar; introduziu-se na artilharia uma companhia de lanceiros e, na infantaria, uma de engenheiros.<sup>7</sup>

De 1763 há quem date a origem do Exército brasileiro, pautado pela reforma do Conde de Lippe, a mando de Pombal. Adotava, em matéria de organização administrativa, disciplina, técnicas e táticas, o modelo prussiano, prestigiado na Europa pelas vitórias obtidas na Guerra dos Sete Anos

(1756-63) contra os métodos “tradicionais” dos exércitos da Áustria, Rússia e França. Quem trouxe essas inovações para o Brasil foi o Tenente-General João Henrique Böhm, autor do plano defensivo do Rio de Janeiro e responsável pela reconquista do Rio Grande do Sul. Nem com isso aumentaram os efetivos da 1<sup>a</sup> linha – 15 mil homens para todo o Brasil.

Felisbello Freire percebeu a importância desses chefes militares e de sua ação organizadora, atribuindo-lhes nada menos que o papel de fautores, pouco mencionados, da unidade nacional. “Tratava-se de organizar um exército”, escreve o historiador, “debaixo das mesmas leis, da mesma direção, da mesma disciplina, e que fosse a expressão do sentimento geral da defesa. Foi mais um fator, no século XVIII, da unidade do país, já existente em sua religião, em sua língua e em seus costumes. Agora, a estes fatores somava-se a defesa pelo Exército, para consolidar essa mesma unidade. O Conde da Cunha, Böhm e Funck foram os primeitos artífices dessa obra.” Isto muito antes de Caxias, o que demonstra que esse sentimento de unidade nacional era mais que a criação idealista de um cabo-de-guerra, por ilustre que fosse, mas vocação plantada pela Coroa portuguesa, depois continuada pelo Reinado e pelo Império.

O Tenente-General João Henrique Böhm tinha o cargo de inspetor-geral das tropas, sob as ordens e jurisdição do Vice-Rei Marquês do Lavradio, a mesma que assumia na Europa o Marechal General Conde de Schomburg-Lippe, e, como a de tenente-general de infantaria, devia ter

6 BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 29-30 e CARNEIRO, op. cit., p. 1193 e 1197.

7 WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 308.

idêntica à do Tenente-General D. João de Alencastro nas tropas do Reino.

Lavradio, que aqui chegou em 1765, estava longe de satisfeito com o estado em que encontrou a defesa do território. As fortalezas destruídas; os oficiais malcumprindo ordens, acarretando grandes despesas ao vice-rei, “ficando tudo em tão mau estado ou pior estado em que se achavam”. Descontado o conhecido vezo do recém-chegado de escarpelar o antecessor, parece que a situação era calamitosa. Os dois esquadrões regulares “nunca faziam exercícios nem no quartel se conhecia o que era disciplina”.

Desse estado lamentável resultavam situações grotescas, como o episódio, narrado com toda seriedade, em seu relatório, pelo Marquês do Lavradio. Eis que, certa vez, saindo o vice-rei com seu séquito, atropelou-o um boi que se recusava a desviar-se do caminho. Desarmados de seus espadins o vice-rei e seu ajudante, ordenou o primeiro aos soldados que atacassem o boi, o que prontamente fizeram dando-lhe muitas cutiladas, que não pareceu trazer maior moléstia ao animal, pois nem malferido parecia. Descobriu-se, então, que as espadas não cortavam e que “absolutamente” – escreve, irado, o vice-rei – não prestavam para coisa alguma, e desse modo estavam todas as outras e tudo mais que pertencia a essa tropa. Essa réplica pouco heróica e edificante da corrida de touros de Salvaterra alertou o vice-rei para o estado geral da defesa.

Daí assinalar-se o século XVIII por movimentada renovação militar. Essa renovação tinha, por trás de Böhm e Funck, a presença invisível mas atuante de Pombal

e do Conde de Lippe. Criou-se a figura do Auditor de Guerra, enfim a Justiça Militar (1763), regulamentou-se a promoção por merecimento (1763-64), regularizou-se o pagamento do soldo – o *pret* dos sargentos, de todos os graduados e das praças era pago de cinco em cinco dias e o soldo dos oficiais, mensalmente. A aula de fortificação, no Rio de Janeiro, criada em 1699, dava lugar à Academia Militar, de 1738. Assim, *tambour battant*, aparelhava-se o Exército com a organização institucional que o tornaria apto à sua missão. Delineava-se, na corrente do século, uma burocracia militar.

As milícias, agora chamadas tropas de 2ª linha, além da função militar, desempenhavam importante papel social porque a participação em seu oficialato dava foros de nobilitação. Menos que o atraso dos soldos, reclamavam da indiferença das autoridades aos privilégios, isenções e honorarias a que faziam jus. Coincidentemente, como observa Wehling, as reclamações por soldos atrasados não partiam dos setores dominantes da sociedade colonial como os regimentos de pardos ou dos “henriques”.

Já as ordenanças, consideradas tropas de 3ª linha, compreendiam teoricamente todos os homens livres, entre 18 e 60 anos, de respeitável antigüidade – seu Regimento datava de 1570. Seus oficiais não recebiam qualquer tipo de remuneração, embora lhes coubessem as honorarias das respectivas patentes, de que eram extremamente ciosos porque, como acontecia nas milícias, o oficialato das ordenanças era constituído de membros das classes dominantes

locais, ou seja, dos grandes proprietários rurais, porque pequenos não havia – grande diferença entre um exército verticalmente concebido e o povo em armas, que só vai se generalizar após a Revolução norte-americana e a francesa.

Essa reorganização das forças militares da Colônia espelhava uma preocupação de Pombal quanto ao risco de um ataque, causado pelo possível comprometimento de Portugal nos conflitos europeus. Por isso, em carta a Francisco Xavier de Mendonça, datada de 1752, exortava-o a formar “milícias, da pouca gente que aí houver, mandando-lhe fazer exercícios, assistindo a eles, para as animar (...) [e] desde logo formando o maior corpo de tropas que te for possível ajuntar”. Para isso mandava-lhe não armas, mas fardas, sinal visível dos milicianos.<sup>8</sup>

Quando de fato rebentou a guerra, em 1762, dando razão a essas preocupações, o Governo da Bahia foi instruído para se prevenir, promovendo o alistamento, do qual não deviam ser excluídos os escravos. “(...) Seriam armados, à falta de espingardas, com chuços e partazanas, ou quaisquer instrumentos capazes de ofender o inimigo.”

Esse recrutamento esbarrava em sério obstáculo: o privilégio. Novamente aparece, pesando sobre o Exército, a estrutura social da Colônia. Os nobres, ou os que assim se consideravam, ao primeiro grito evadiam-se para as comarcas do interior.

8 AZEVEDO, João Lucio. *Novas Epanaforas*. Lisboa, 1932, p. 20, n. 1 e p. 22. Sobre o estado do Exército português no século XVIII, ver do mesmo, *O Marquês de Pombal e sua Época*. Lisboa, 1922, p. 336 e segs e CARNEIRO, op. cit., p. 1198.

Os que ficavam na cidade invocavam prerrogativas de ofício ou posição social. Variadas as alegações: esmoleres da Santíssima Trindade e de Santo Antônio e Meninos Órfãos, tesoureiros da Bula da Santa Cruzada; mas também carpinteiros e calafates. “Os homens de negócio e seus caixeiros, pondera o Governador ao Ministro, só querem alistar-se nas ordenanças, querendo entrar no número de privilegiados, o que tudo faz um grande número de homens com que não só se poderia completar o terço de auxiliares, mas ainda fazer outros (...)” Século mais tarde, falhando o privilégio, usava-se o expediente de cortar o indicador ou alegava-se o pé chato.

Em contrapartida, dessa época data o trabalho admirável do sargento José Antônio Caldas que, em Aula Militar, desde 1761, ensinava Matemática, Fortificação e Pirotécnica, formando na Bahia os primeiros engenheiros, oficiais de artilharia para os regimentos de linha.

Seguindo rigorosamente instruções recebidas, o governador da Bahia elevou a força do distrito para sete mil soldados, aos quais deviam somar-se os escravos dos engenhos, conforme aviso a seus proprietários. Quanto aos mancebos da terra, ociosos e renitentes, chamados nos documentos oficiais – sabe-se lá por quê – libertinos, eram remetidos à tropa.

Esse recrutamento era feito de três maneiras: à força, e o recruta servia dezesseis anos; o voluntário, que servia oito; e o semestrário, que servia apenas seis meses, no primeiro ano de praça, e três meses nos sete anos seguintes. Estes eram os que se chamaria hoje “filhinhos de papai”, saídos

de famílias de posses. Se milicianos, findo o tempo de serviço, deviam conservar o uniforme e o armamento por tempo igual ao que tivessem passado nas fileiras, prontos a acorrer a qualquer emergência, como no Exército suíço. Decorridos vinte e cinco anos, o armamento passava a lhes pertencer.

Por esse tempo, a força de terra somava 21.690 homens, espalhados pelo Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e a praça da Colônia do Sacramento. Foi esse o Exército que o Príncipe Regente encontrou, em 1808, ao chegar com sua Corte. Nele persistiam mazelas do século XVIII. “Os soldados faziam exercício somente uma vez por semana, e, além de andar sempre em atraso o pagamento dos soldos, eram tão mal remunerados que precisavam, para se manter e às famílias, trabalhar noutros misteres, dividindo seus lucros com os oficiais, os quais, a troco da espórtula, fechavam os olhos à vil irregularidade de serem os soldados do Rei, ao mesmo tempo, sapateiros, pescadores etc.” São palavras de Oliveira Lima.<sup>9</sup>

Sabidamente, o Príncipe Regente não se propôs extinguir de golpe as milícias, mas determinou não pudessem ter à frente de suas tropas oficiais que não tivessem servido com distinção na tropa regular e estivessem à altura do posto (1802). Em 1808, cria-se o Conselho Supremo Militar. A Guerra da Guiana (1808), que tenta revidar a invasão de Portugal pelas tropas de Junot, tornou imperativa essa reorganização.

9 LIMA, D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 287.

Do estado da tropa nesses começos do século XIX, deu-nos importante depoimento o cronista Luiz dos Santos Vilhena. Na Bahia, até a chegada de D. João, antigos terços haviam sido transformados em dois regimentos de infantaria de linha e um de artilharia. Vilhena reproduz as vistosas fardas dessa tropa, azuis para os praças, azuis e brancas para os oficiais: “O uniforme era importante numa época em que o Rei, em carta de 1742 ao Conde das Galveas, acentuava a necessidade de fazer distinguir a farda dos soldados das librés dos criados e escravos, urgindo-lhe punição severa contra os infratores.”<sup>10</sup>

Ainda no século XVIII, havia o caso de se convocar as câmaras de vilas a sustentar a soldadesca, ficando a guarnição “por conta do povo”, o que, em certos casos – acrescida a doação com o aumento das praças e preços das farinhas, mais as exações dos coletores –, gerava opressões e violências de toda sorte.

A mistura de soldados profissionais e cidadãos comuns manifestava-se no Regimento dos Úteis, composto de comerciantes e seus caixeiros. Vestiam lustrosos uniformes vermelhos – no 2º Regimento eram azuis – portando os soldados espingarda e baioneta, os oficiais espada, ambos endossando uma espécie de fraque e chapéu bicórnio com penacho.

Vilhena faz-se eco de críticas e protestos contra a composição desse regimento, julgado “mais prejudicioso do que útil, pois

10 VILHENA, Luiz dos Santos. *Notícias Soteropolitanas e Brasilícas* (1802), v. II. Bahia: Imprensa Oficial, 1921, p. 278.

em razão das guardas e exercícios se perdem os caixeiros, de que seus patrões zelam com muito mais razão do que se fossem donzelas”. Homem do século XVIII, racionalista, Vilhena vê com irritação e desprezo essa tropa: “O serviço que eles fazem, quando montam guarda, melhor fora se não fizessem, porque tudo são desordens, tudo inquietação e desaforos indignos do negro mais vil e desonesto...”<sup>11</sup>

Esse maldisfarçado racismo também se reflete na composição dos regimentos. Enquanto a Infantaria de Tropa dita urbana, ou da Praça, era composta de “artífices, vendeiros, taberneiros e outras qualidades de homens brancos”, o 4º Regimento Auxiliar de Artilharia era constituído de pardos ou mulatos livres. A discriminação face “a esta qualidade de gente” se refletia no tratamento desigual que lhes dava o sargento-mor, comandante deles. A solução, para Vilhena, que reprova essa atitude, seria dar-lhes comandante de sua qualidade – leia-se cor – como acontecia no Regimento dos “henriques, de larga tradição desde a Guerra Holandesa. Ponderava Vilhena que “entre eles há bastantes mulatos de probidade; e se se olha para os que não o são, entre os crioulos, não há menor número de vadios”.

Como não podia deixar de ser, nessas tropas coloniais era grande o número de pretos forros, marcadamente os “henriques” – não só na capitania, mas em todo o Brasil; onde se percebe que o serviço militar foi não só sustento, mas via de acesso e promoção social para os ex-escravos e seus descendentes.

11 Id. *ibid.*, p. 241, 252 e 256.

Esses corpos de pretos, ditos de assalto, comandados por capitães e sargentos-mores brancos, exploravam o interior, estradas e marinhas, mas ainda levavam ordens e cartas de serviço, como em tempo de paz, e desempenhavam funções de polícia caçando escravos fugidos, cercando-os nos quilombos, até perseguindo condenados escapos das prisões.

Não passam despercebidos ao cronista os vícios do sistema de recrutamento. Julgava seus procedimentos “repugnantes não só à boa ordem como à razão”. Espalhava-se pela cidade um regimento e, a hora dada, prendia-se, sem exceção, todos os brancos que se encontrava, recolhendo-os ao corpo da guarda para depois peneirar os prestantes. Nem sacerdotes, nem os estudantes das aulas régias eram poupados, o que levava pais e filhos a evitá-las. Esse sistema de recrutamento, a braço, produzia alto número de deserções e atingia os lavradores pobres que, para fugir a ele, metiam-se pelos matos com dano e queda da produção de alimentos, o que parece revelar constituírem os agregados a maioria dos recrutados. Daí também baixar sua idade e experiência.

O recrutamento era ainda, e continuou, entrado o século XX, uma forma de controle da criminalidade e da vagabundagem, atingindo principalmente os que não podiam pagar a isenção, isto é, negros e mulatos livres, ou a ralé da população. Os padrões da sociedade escravocrata e estratificada pesavam duramente sobre a formação dessa tropa.

À medida que se fixou um tipo patrimonial de sociedade, o recrutamento só

passou a atingir aqueles que não prejudicassem a lavoura, o trabalho dos engenhos.<sup>12</sup> Os mais contavam com a proteção do senhor para furtar-se às redadas. Foi assim até depois de criada a Guarda Nacional em 1880, e até durante a Guerra do Paraguai.

Quanto à oficialidade, era escolhida entre os “possidentes”, o que chamaríamos hoje, em mau português, “classes afluentes”. É de imaginar que os desfavorecidos tentassem de buscar padrinhos e protetores, reforçando assim os laços do sistema.

No mais, pelo vasto interior, assistiam as ordenanças, tropa montada. Mais que a defesa contra o inimigo externo, essas forças mantinham a ordem interna – leia-se, não só perseguiram bandidos e desordeiros, mas impediam uma possível sublevação da escravaria, a anarquia, pesadelo permanente das sociedades escravocratas. De fato, em 1814 houve um levante dos negros da Bahia, em tempos do Governador Conde dos Arcos, com características de conspiração, invasão e destruição de casas, incêndios e mortes tanto de escravos infensos ao levante como de brancos. Foram reprimidos por essas tropas, no caso um regimento de caçadores da Torre.<sup>13</sup>

A milícia portuguesa, reminiscência medieval, adaptou-se aos novos tempos do barroco e, depois do Iluminismo, ganhando força burocrática e nobilitante. Nas milícias locais, os fazendeiros na Bahia descobriram desejável alternativa ao uso tradi-

cional de armas pela nobreza.<sup>14</sup> Essa força existia desde os primórdios da colonização (1550). Em 1612, no Recôncavo, havia 12 companhias de milicianos.

Criou-se, por aí, uma distinção entre as tropas de 1ª linha, organizadas pelo modelo dos terços espanhóis (regimentos de 2.500 homens) e comandadas por soldados profissionais, e as unidades de milicianos; e as de 3ª linha ou ordenanças, comandadas por civis, pessoas importantes, na realidade senhores de engenho. As milícias incluíam soldados de várias colorações – do preto ao branco, passando pelo mulato, o cafuso – mas eram comandadas por oficiais brancos. Em 1804, nas vésperas da chegada da família real ao Brasil, o Recôncavo podia armar mais regimentos de milícia, sob o comando de senhores de engenho.

A vantagem da milícia sobre a formação profissional, do ponto de vista dos senhores da terra, era que levavam em conta nas suas promoções seu *status*, isto é, riqueza e prestígio local – além da vantagem de ficarem próximos a suas propriedades, permitindo-lhes continuassem sua administração. Numa sociedade baseada em dependências, em que a consideração era valor prezadíssimo, o posto na milícia dava título de nobreza. Embora gratuito, o serviço permitia ao beneficiado portar espada e andar a cavalo, ambos usos nobilitantes. Por outro lado, para a Coroa, a patente, conferida, embora não exclusivamente, ao senhor de engenho, sujeitava-o, de certa forma, ao

12 GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth Century Brazil*. Califórnia: Stanford University Press, 1990, p. 27 e 29.

13 SILVA, Maria Beatriz Niza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*. Lisboa, 1933, p. 313-314.

14 SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1553-1833*. Londres: Cambridge University Press, 1985, p. 276.

rei. Para o proprietário de terras, por seu lado, era uma forma de controle social e fonte de prestígio.

Esses estímulos atuavam fortemente nas classes privilegiadas; porque nas inferiores “nenhum entusiasmo havia (...) pela farda”. “Todos buscavam pretexto para se isentarem da obrigação. Um deles era pedir inclusão nos voluntários para o serviço das fortalezas que se presumia arriscado. Por isso, houve tempo em que a guarnição dos fortes contava mais oficiais que soldados.”

Quando a Corte aqui chegou em 1808, além da tropa de linha, num total de dois mil homens, as milícias perfaziam mil e quinhentos alistados “que não se exercitavam com regularidade, nem se uniformizavam decentemente”. Diz o seguro historiador que foi Oliveira Lima: “(...) Tão pouco apego mostravam à sua nobre profissão que, quando não estavam na formatura, eram os escravos que lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento. Arma pessoal de que não abriam mão era o guarda-chuva.”<sup>15</sup>

Diante dessa situação calamitosa, o príncipe regente – leia-se Linhares – tomou medidas decisivas, tendentes a fundar instituições militares de maior porte: criou o Conselho Supremo Militar, instituiu o serviço militar de oito anos, criou o 1º Regimento de Cavalaria. Tudo em 1808.

Admirável é que com tal tropa tenha o príncipe regente ousado a conquista da Guiana e se lançado à Guerra Cisplatina, quando, ao primeiro grito de independência de Buenos Aires, em 1810, deslocou para a

fronteira um exército de observação, constituído de tropas de linha e milicianos gaúchos.

Esse estado perdurou a ponto de obrigar Pedro I a contratar mercenários – irlandeses e alemães. Parece que com essas contratações visava não propriamente preencher claros na tropa, mas imprimir aos locais um exemplo de conduta militar e disciplina. Ao contrário, vieram a constituir foco permanente de desordens e sublevações causadas por mal endêmico – o pagamento irregular do soldo.

Quando D. Pedro criou, em 1823, o primeiro regimento de mercenários, retomou uma tradição dos exércitos europeus. Schafer recrutou-os na Alemanha, na massa de nobres decaídos, criminosos, refugos da tropa regular, camponeses brutos, todos entendidos no saque, na bebedeira e na desordem. Outro emissário do imperador quando, em 1827, rebentou a guerra com a Argentina, foi à Irlanda e de lá trouxe dois mil mercenários. Considerados a princípio tropa modelar, em 1828 se rebelaram, aterrorizando a cidade.

Um desses batalhões, comandado por oficial brasileiro, tomou parte na batalha de Ituzaingó, único corpo estrangeiro não-português que participou da guerra no Sul, ao lado de um esquadrão de lanceiros alemães.

As formações irregulares, inúmeras, duraram até a guerra da independência na Bahia, quando entraram em cena, pela primeira vez, jagunços do sertão, chamados de “couraças” pelas suas roupas tradicionais. Reapareceriam na Guerra do Paraguai como voluntários.

Só em 1824, entrado o Império, o Exército se organizou em tropas de 1ª e 2ª linhas. Os corpos passaram a receber nú-

15 LIMA, Oliveira, op. cit., p. 288.

meros. Das formações irregulares sobraram alguns nomes pitorescos, pedaços de nossa história – Liberto de Ouro, Libertos do Paracatu, Pardos do Icó, Artilharia de Henriques da Corte, Sertanejos do Itu, Guaranis das Missões etc.<sup>16</sup> A composição da tropa durante esse tempo não mudou. Criou-se um batalhão de artilharia de libertos, porque continuou a ser, olhado pelo ex-escravo, como trampolim para a melhoria de *status*. Nas guerras do Sul, introduziu-se um regimento de lanceiros guaranis.

Da Revolução de 1817 em diante, abriu-se um fosso no Exército entre portugueses e brasileiros. João Ribeiro atribui essa cisão aos militares portugueses. Servidores do absolutismo da Corte fiada na proteção da Inglaterra e da Santa Aliança, cresceu o antagonismo entre lusos e nacionais, tal como a chama do nativismo surgente. Oficiais brasileiros, tanto das milícias como das tropas regulares, encabeçaram a revolta de 1817. De Pernambuco, o movimento se alastrou a outras províncias do Norte. Fato curioso – e delirante –, remeteram um enviado a buscar apoio entre bonapartistas franceses e com eles tramaram a evasão de Napoleão da Ilha de Santa Helena. Do gênio militar do Corso esperava-se a proteção para a República brasileira.

Mais uma vez, julgavam-se insuficientes as tropas do Brasil para restabelecer a ordem; mandou-se buscar em Portugal a Divisão Auxiliadora sob o comando do General Avilez. Pela maneira prepotente com que se portou, instrumento que era do velho colonialismo, mais acirrou os ânimos.

<sup>16</sup> BARROSO, op. cit., p. 46-48.

Dessa época, data uma representação infeliz do comandante militar português Tenente-General Vicente Antônio de Oliveira, dirigida a D. João VI, no sentido de que não fosse concedido aos oficiais brasileiros qualquer posto acima de capitão, e que se destituíssem os detentores dessas patentes. A mesma proposta considerava inaptos todos os brasileiros para o exercício daqueles postos. Mais ainda: sugeria que, de futuro, essas medidas se tornassem extensivas a todos os empregados do Governo nascidos no Brasil. A petição não foi atendida pelo soberano, conciliador.<sup>17</sup>

Durou pouco essa reação. Já em 1820, a revolução constitucionalista do Porto teve reflexos no Brasil e uniu novamente portugueses e brasileiros. D. Pedro, apesar de pressionado pela tropa portuguesa, tentou conciliá-los, sobretudo no meio militar. Da crise resultou, como se sabe, a declaração ou grito de Independência.

Oficiais portugueses, vindos com D. João VI, preferiram permanecer no Brasil e tornaram-se, pelo heroísmo e dedicação à nova pátria, cidadãos brasileiros. Assim os Marechais Soares Andrea, Niemeyer e Manuel Jorge Rodrigues. A nova pátria unificada os recebeu como seus filhos.

Nem podia deixar de ser. Devemos a Portugal os quadros de formação do nosso Exército; mais que isso, a própria unidade nacional, patrimônio inestimável, sempre ameaçado hoje como outrora, por veleidades e interesses separatistas, contra os quais nunca será excessiva nossa permanente vigilância.



<sup>17</sup> COSTA, Samuel Guimarães da. *Formação Democrática do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 82 e 88.